

ESTUDO DE CASO

Descentralização da Educação Pública: o caso chileno e sua influência no Brasil



Por que estudar a educação, no caso do Chile?

Desde o século XIX o país oferta a educação fundamental à população, de forma gratuita, para meninos e meninas, e sob responsabilidade da União, mais do que dos municípios ou de entes privados

Em 1890 o país assinou acordo com a Alemanha e recebeu missões pedagógicas destinadas a instituir o ensino de qualidade, no mesmo nível dos países centrais e com uma concepção de educação escolar aliada à produção científica

Em 1920 a educação fundamental foi tornada obrigatória por força de lei

Em 1927 o país já contava com um forte Sindicato Nacional de Professores, que exercia influência sobre os debates sobre o modelo nacional de educação pública

Educação historicamente baseada numa ideologia igualitária e de justiça social

Gestão e financiamento da educação fundamental e média

Inseridos no enfoque neoliberal mais amplo de políticas públicas

Concepção de que os resultados educacionais não estão ligados ao capital social, econômico e cultural das famílias, mas sim à gestão das escolas

Ministério da Educação estabelece mas não executa as diretrizes educacionais

Quem as executa são escolas públicas municipais e escolas privadas

Executores das políticas educacionais desobrigados de prestar contas ao Ministério da Educação



COMO ERA O SISTEMA

ATÉ A DÉCADA DE 1970

Educação pública universal e gratuita, sob responsabilidade do governo central

Financiamento

Conteúdos curriculares

Pequena parcela de escolas privadas, ligadas a empreendedores e à Igreja

Sistemas de bolsas para crianças indígenas (problemas de pobreza e discriminação)

Universidade pública e gratuita (duplicação da quantidade de estudantes universitários entre 1970 e 1973)

COMO FOI A REFORMA, A PARTIR DA NOVA LEI ORGÂNICA DA EDUCAÇÃO, DE 1980

DIAGNÓSTICO

Educação muito custosa ao erário, muito centralizada e burocratizada, ideologicamente doutrinada à esquerda e desperdiçando potencial de crescimento ligado ao aumento da produtividade econômica do país

SOLUÇÕES

Progressivas descentralização e privatização do sistema

Financiamento transferido do lado da oferta para o lado da demanda

Enorme aumento dos subsídios oficiais à educação básica e fundamental, para escolas privadas, a partir do critério de matrículas e de frequência às aulas

Criação de vouchers (vale-educação)

Direcionamento de recursos públicos para as escolas públicas obedecendo os mesmos critérios (quantidade de matrículas e frequência às aulas)

Escolas privadas tendo a prerrogativa de selecionar seus alunos

Escolas públicas tendo a obrigação legal de acolher todos os alunos que as procuravam

Críticos da reforma falam em decisão política, não técnica, e de caráter fortemente ideológico e voltada a interesses de mercado, tomada sob uma ditadura, sem discussão com a sociedade civil

O Estado terceiriza a educação dos segmentos mais ricos da população para as escolas privadas, e assume a educação dos segmentos mais pobres. De benfeitor o Estado passa a subventor. Onde não há interesse da iniciativa privada o Estado continua a prover o serviço educacional

O ideário neoliberal pressupõe que, ao existir financiamento público para todas as escolas, públicas e privadas, instaure-se um regime de competição entre elas, o que resulta num sistema educacional melhor. Pressupõe também que cada comunidade sabe melhor onde investir os recursos disponíveis, por isto um sistema municipalizado e, no limite, restrito à própria comunidade da escola tende a tomar decisões melhores do que uma estrutura burocrática distante e fechada no governo central

Na prática o que leva os mais pobres a matricularem seus filhos numa escola são o critério de localização e os custos indiretos da educação (transporte, uniformes, material etc.)

Na década de 80 o Chile investiu pouco na educação pública, acarretando queda nos níveis de aprendizagem dos alunos, quedas nos salários e níveis de motivação dos professores e deterioração da infra-estrutura e dos equipamentos escolares

1990 – Programa 900 Escolas, direcionado a apoiar as 900 escolas de menor rendimento escolar do país

Resultado: melhoria dos índices de acesso e cobertura escolar, de apoio a alimentação e saúde e de recursos materiais e infra-estruturais; mas pouca evolução em termos da cultura docente e da melhoria do desempenho escolar

A focalização nas 900 escolas competiu com o modelo maior de financiamento, baseado na presença dos alunos em sala de aula. Além disso a gestão da política educacional foi municipalizada, aumentando as disparidades regionais e sócio-econômicas entre os estudantes chilenos

Apesar de ser apontada por organismos internacionais como modelo a ser seguido pela América Latina, a reforma do ensino médio no Chile (municipalização + privatização) não evitou que se agravasse a disparidade social existente entre os alunos, ainda que tenham ocorrido avanços técnico-pedagógicos relevantes



A reforma dos anos 1980 foi uma forma do governo central de eximir-se das responsabilidades relativas à educação

O governo de Patricio Aylwin não teve condições políticas de reverter a reforma

Mais que isso, os civis aderiram ao modelo quando aprovaram projeto de lei que permitia às escolas privadas subsidiadas pelo Estado **cobrarem mensalidades de seus alunos sem a contrapartida da diminuição dos subsídios**

Governos do período democrático introduziram:

Avaliações de desempenho por meio de provas aplicadas aos alunos (Sistema de Medición de la Calidad Escolar – SIMCE)

Políticas compensatórias focalizadas (P-900)

Competição entre escolas para obtenção de financiamentos para projetos específicos

Melhoria das condições físicas e instalação de bibliotecas em todas as escolas fundamentais e médias do país

Informatização de todas as escolas

Oferecimento de bolsas de estudo no exterior para os professores

Discussões sobre turno completo para os ensinos fundamental e médio

Dados do SIMCE mostram que diminuiu nos últimos anos a distância entre as escolas de pior rendimento das escolas de melhor rendimento

Quem mais evoluiu foram as escolas fundamentais rurais, sempre públicas e as mais pobres

Os índices de repetência no ensino médio têm caído, ainda que lentamente. O Chile não adota a progressão continuada

Os salários dos docentes são baixos, e o número de alunos por sala de aula e de horas trabalhadas extra-classe são considerados além do desejável

As políticas recentes para a educação privilegiam infra-estrutura e material didático, mas não o professorado

Baixos salários ocasionam a dupla jornada dos professores, bem como a queda no número de estudantes que buscam a carreira do magistério

O Chile possui 1600 escolas de nível médio, divididas entre o ensino científico-humanístico e técnico-profissionalizante

São 700 mil estudantes, 80% da população de 14 a 17 anos, contra apenas 40% no caso do Brasil

Já a educação fundamental, dos 6 aos 13 anos, já era universalizada desde o início dos anos 1970, ao passo que o Brasil só conseguiu isso no final dos anos 1990

A reforma chilena não focou, num primeiro momento, nem o professor nem o currículo, mas sim as condições materiais de ensino

A reforma, tradicionalmente vertical, curricular e normativa, foi substituída, nos anos 1990, por consultas aos atores envolvidos no sistema educacional chileno (professores, pais, comunidade local etc.)

Só depois disto se partiu para modificações no método pedagógico e no conteúdo dos currículos

O sistema de subsídios às escolas não deu às famílias a condição de quem pode comprar os serviços educacionais. Ao contrário, são as escolas privadas quem escolhem os alunos, especialmente se livrando daqueles mais pobres ou “difíceis”, que comprometerão o desempenho global de cada unidade escolar nas avaliações do SIMCE e na competição por recursos extras dos projetos especiais

A “livre escolha” não funciona para os mais pobres ou para crianças com dificuldades de aprendizado

Há escolas que se tornam guetos educacionais, pois adotam a prática de não discriminar nenhum tipo de aluno e acabam recebendo todos aqueles que não têm condições de se matricular ou freqüentar as escolas mais procuradas

*Professores de escolas bem avaliadas no SIMCE recebem um **plus** em seus salários*

Além do apoio à formação de bibliotecas as escolas recebem verba federal para contratar consultorias técnicas à sua livre escolha, a partir de indicação do Ministério da Educação

Há ainda o uso da escola como centro de referência cultural, recreativa, social e afetiva, de modo a se criar uma identificação forte entre o jovem e sua escola

Há disponibilização de material pedagógico de alto nível (conteúdo e visual) para todas as escolas, mas os mesmos não são utilizados por conta de falta de tempo de adaptação dos professores

Professores não “compram” as diretrizes do Ministério, que prefere apostar em melhoria da infraestrutura física e do material didático do que no salário docente para buscar a melhoria da qualidade de ensino

Projetos de Melhoramento Educativo visam estimular a criatividade e a iniciativa das escolas para superar seus problemas particulares

Projetos de escolas similares competem entre si por recursos destinados pelo Ministério da Educação

Os professores, com jornada dupla, têm pouco tempo de se dedicar à elaboração dos projetos, e assessorias privadas vendem projetos para as escolas

Escolas que recebem subsídios oficiais e cobram mensalidades dos alunos podem investir em novos e melhores equipamentos e materiais

Escolas públicas voltadas à população de baixa renda também são estimuladas a pedir contribuições das famílias dos alunos

Alunos inadimplentes são transferidos para as escolas públicas

Breve panorama do ensino superior no Chile

Reforma de 1981

Criação de um mercado privado para a oferta e a demanda pelo serviço

Redução do tamanho e o peso das universidades públicas no sistema via limitação regional

Incentivos fiscais à criação de universidades privadas

Obrigações de as universidades a se autofinanciar, mesmo que parcialmente

Introdução da diferenciação funcional entre universidades destinadas à pesquisa e à docência

Diferenciação de instituições públicas, instituições privadas e instituições privadas de caráter público

Diferenciação quanto ao tamanho (de até 400 alunos a mais de 10 mil alunos)

75% dos estudantes de ensino superior estão em instituições privadas

As instituições públicas cobram mensalidades que subsidiam cerca de 25% de seu custo de formação

EL QUE NO PARA...
¡LA VENDEDÉ!

mi-
4 Junio

PARO SOCIAL
X LA EDUCACIÓN

PORQUE NOSOTROS SOMOS LA MAYORÍA